

Contextos históricos vulneráveis: Processos de degradação socioambiental no frontispício da cidade de Salvador

Vulnerable historical contexts: Processes of social and environmental degradation in the Salvador city skyline

Contextos históricos vulnerables: Procesos de degradación social y ambiental en el frontispicio de la ciudad de Salvador

Recebido: 03/04/2021 | Revisado: 10/04/2021 | Aceito: 13/04/2021 | Publicado: 24/04/2021

Ana Licks Almeida Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1711-4728>
Universidade Salvador, Brasil
E-mail: aalmeida.ssa@gmail.com

Ariadne Moraes Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5808-1857>
Universidade Federal da Bahia, Brasil
E-mail: ariadnemoraes@gmail.com

Márcia Maria Couto Mello

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2299-3117>
Universidade Salvador, Brasil
E-mail: mellomarcia@uol.com.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir a degradação e descaracterização do frontispício de Salvador, capital do Estado da Bahia/Brasil, como elemento icônico que reflete a identidade do Centro Antigo da cidade. O desgaste que se observa é, sobretudo, provocado pelo descaso do poder público nessa área tombada como importante conjunto arquitetônico e, que por muitos séculos, foi a primeira imagem que se tinha da cidade e da nação. Essa situação amplia a vulnerabilidade dos moradores, diante dos projetos de requalificação e modernização de locais com indiscutível valor imagético, o que, fatalmente, compromete a imagem da cidade para o turismo e ameaça o patrimônio histórico e artístico de Salvador, a primeira capital do Brasil. O processo metodológico adotado, se baseia na coleta de dados na mídia, fontes bibliográficas e iconológicas para a análise da paisagem, além de utilizar teóricos clássicos que fundamentam a discussão e a reflexão que o texto suscita.

Palavras-chave: Paisagem urbana; Frontispício; Vulnerabilidade; Patrimonialização.

Abstract

This article aims to discuss the degradation and mischaracterization of the frontispiece of Salvador, capital of Bahia State / Brazil as an iconic element that reflects the identity of the Old City Center. The consuming which has been observed results from public authorities neglect in this area, that was listed as an important architectural complex and, was for many centuries the first image of the city and the nation. This situation increases resident's vulnerability face with the requalification and modernization projects of places with indisputable imagetic value, which inevitably compromises the city's image for tourism and threatens the historical and artistic city heritage that was the first capital of Brazil. The methodological process adopted is based on the collection of data from media, bibliographic and iconological sources for the landscape analysis, besides the use of classical theorists that support the discussion and reflection raised by the text.

Keywords: Urban landscape; Skyline; Vulnerability; Patrimonialization.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir la degradación y la de-caracterización del frontispicio de Salvador, capital del Estado de Bahía/Brasil, como un elemento icónico que refleja la identidad del Centro Viejo. El desgaste que se ha registrado se debe al abandono del poder público en esta zona, identificada como un importante conjunto arquitectónico y que, durante muchos siglos, fue la primera imagen de la ciudad y la nación. Esta situación aumenta la vulnerabilidad de los habitantes frente a los proyectos de recalificación y modernización de lugares de indiscutible valor imagético, que compromete, inevitablemente, la imagen turística de la ciudad y amenaza su patrimonio histórico y artístico, de eso que fue la primera capital de Brasil. El proceso metodológico adoptado se basa en la recogida de datos de fuentes mediáticas,

bibliográficas e iconológicas para el análisis del paisaje, además del uso de teóricos clásicos que sustentan la discusión y reflexión suscitadas por el texto.

Palabras clave: Paisaje urbano; Frontispicio; Vulnerabilidad; Patrimonialización.

1. Introdução

Este artigo propõe problematizar e discutir a degradação e a descaracterização do frontispício da cidade de Salvador/Bahia, enquanto um dos elementos identitários mais significativos da sua paisagem. Um relevante conjunto arquitetônico, cultural e paisagístico que é alvo de uma série de transformações provocadas por diferentes processos de apropriação. Considerando os impactos gerados por empreendimentos imobiliários e políticas institucionais de conservação patrimonial, é premente analisar e decodificar os parâmetros socioespaciais de produção desse microterritório, identificando os vestígios conservados, fragmentos, marcos referenciais, mecanismos de vulnerabilidade, processos de uso e ocupação desde o período colonial, bem como permanências, conflitos e coexistências.

Oferecido pela geografia, o frontispício natural que divide a cidade em dois níveis, Cidade Alta e Cidade Baixa, foi amplamente explorado pela sua representatividade, desde as primeiras cartografias da cidade de Salvador (Simas Filho, 1982; 1998). Às margens da Baía de Todos os Santos, havia inicialmente uma pequena e única faixa de terra com casas construídas exatamente na atual zona portuária, registrando o local onde se formou o núcleo embrionário da cidade, além do traçado previsto no projeto urbano original (Vasconcelos, 2016).

Ao adentrarem na Baía de Todos os Santos, os viajantes oitocentistas se impressionavam com a beleza natural da escarpa na cidade que era descrita em palavras, desenhos, pinturas e fotografias. Afinal, ao expor uma diversidade de informações na leitura paisagística do ambiente, gerada pelos seus elementos de composição, ficava assegurado ao frontispício uma capacidade ímpar de expressão visual que poderia permanecer eternamente registrada na memória daqueles que o observaram (Mello, 2004).

A topografia que privilegiava a defesa, associada à sedução inevitável da sua paisagem, fez da baía e da escarpa que a contorna, a mais completa representação iconográfica da cidade de Salvador. Os comentários elogiosos sobre o exótico e o pitoresco mudavam drasticamente ao se travar os primeiros contatos físicos com a cidade. O impacto causado pela imundice e pelo excêntrico; a insalubridade decorrente do pouco caso com as ruas, dominadas pelos monturos de lixo, ausência de calçamento ou má conservação, foram determinantes no imaginário desses sujeitos (Mattoso, 1992). Conhecidos como relatos dos viajantes estrangeiros, deixaram registrado o cenário da vida urbana soteropolitana no século XIX, a exemplo do relato literário feito por E. Wilberforce (1856 apud Peña, 1994, ap. IV), ao fazer as seguintes referências:

Quando você desembarca nela não encontra variação nenhuma em relação à aparência geral das cidades brasileiras [...] ruas cheias de imundice [...] o mercado, a casa da imundice e do tumulto que não acaba mais [...] Negros [...] compradores e vendedores estavam gritando tão alto quanto suas vozes permitiam [...] mulheres falavam precipitadamente [...] gesticulavam [...] papagaios estavam gritando e fazendo vãs tentativas para cantar ou falar, cachorros estavam latindo e macacos tagarelando num clamor sem fim. (Peña, 1994, ap. IV)

Segundo Tavares (2001), os documentos da época confirmam as modificações ocorridas no cenário urbano do século XIX, bem como da vida soteropolitana que, amalgamados aos demais temas, constituem a história da cidade e do Brasil.

O valor iconológico do frontispício na paisagem da Cidade Baixa pode ser reconhecido, inclusive, por ter se tornado fonte para vários pesquisadores que o abordam de forma técnica e o descrevem, considerando seus múltiplos aspectos sobre as questões sociais, históricas e urbanas, no que tange ao processo de evolução da cidade. Afinal, o fato do fenômeno urbano se constituir como um dos mais agressivos processos de degradação ambiental, coloca como grande desafio para arquitetos e urbanistas a possibilidade de intervenção na paisagem natural com menor prejuízo possível, buscando preservá-la, já que as peculiaridades do cenário geográfico e natural concentrariam as bases para a construção de uma vigorosa imagem da cidade

(Mello, 2004). Ao tempo que o conjunto é percebido, o Elevador Lacerda concentra sobre si o olhar do observador no frontispício, afirmando, assim, seu potencial iconológico e iconográfico.

A paisagem, dominada pelo porto, única porta da cidade por muitos séculos, faz parte do sítio do Centro Histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). São monumentos de valor arquitetônico e histórico – a exemplo do Elevador Lacerda – que, enquanto elementos icônicos constituintes da paisagem e da imagem da cidade são tombados como parte do conjunto, embora não estejam individualmente amparados pela legislação, o que os coloca em situação de vulnerabilidade (Azevedo, 1975).

Convém ressaltar que a presença do Elevador Lacerda na escarpa, sofisticado meio de transporte vertical em um dos pontos mais importantes da cidade, entendido na leitura iconográfica como símbolo do progresso e do desenvolvimento tecnológico construiu, para a cidade, uma imagem indissociável da modernidade, na virada do século XIX.

Acrescenta-se ainda a ideia de civilidade abrigada no seio do pensamento europeu da época que compreendia o processo civilizatório a partir de uma linearidade histórica evolutiva, subjungando paisagens e sociedades que fugiam do padrão positivista de progresso, de forma a justificar o neocolonialismo que se alastrava pelos continentes africano e asiático naquele período (Almeida, 2017).

O Brasil se enquadrava perfeitamente nesse perfil: do lado de cá do Equador, sob um sol causticante, desenvolvia-se uma sociedade mestiça, marcada pela “preguiça atávica” de pretos e índios e moldada pela exuberância indomada da paisagem e do clima, apontadas como condições determinantes, segundo teorias eugenistas vigentes na época. Um projeto de branqueamento da população, acompanhado de intervenções urbanas no molde haussmanniano seriam algumas das principais ações deflagradas para conter os “males” decorrentes desse processo e adequar a população aos padrões vigentes de civilização (Almeida, 2017).

As reformas urbanas implementadas naquela época, sob o comando dos higienistas e engenheiros sanitaristas, demonstravam uma clara preocupação com remodelações ambientais enquanto meio de disciplinamento das classes menos favorecidas. Defendia-se a necessidade de purificação das cidades e habitações populares, com o objetivo de transformar a casa em um “lar”, espaço compatível com as expectativas sociais, capaz de manter os indivíduos longe do alcance ameaçador das ruas, bares e lugares de vícios. A casa, ou melhor, o lar, era reconhecido então como lastro da boa sociedade, espaço de reprodução moral e de formação de caráter. A associação entre pobreza, doença, contágio e insalubridade irá se refletir nas medidas de higienização completa das cidades.

A promiscuidade, a sujeira, o amontoamento de pessoas em pequenos espaços que ferem a intimidade, bem como a bebida e o jogo foram revelados como algumas das causas para as doenças entre os pobres. Essas ideias aparecem sob efeito de uma distorção ao afirmar que a pobreza em si não é apenas um meio de veiculação de doenças ou um fator de risco, ela é a própria doença, desencadeada por hábitos e comportamentos considerados daninhos à sociedade. A doença deixa de ter um aspecto social para adquirir uma forte conotação moral.

Assim, a preocupação com a desodorização e desinfecção dos espaços passa pela necessidade de se proceder a completa erradicação das habitações populares consideradas fora dos padrões de salubridade. Um dos casos mais famosos foi a ação desencadeada para desocupação do cortiço “Cabeça de Porco” (1893), no Rio de Janeiro, que culminou com a demolição das habitações ainda ocupadas (Almeida, 2017).

Durante o século XIX, as condições higiênicas da cidade do Salvador, associada aos costumes dos habitantes, mostraram-se incompatíveis com o ideal de civilidade, que se apresentava como um projeto universalista, envolvendo toda a população. O projeto de higienização das cidades traz em seu contexto o disciplinamento não apenas dos espaços públicos, mas sobretudo dos corpos que transitam por estes espaços. A normatização das habitações através da regulamentação e institucionalização dos princípios higienistas permitiu que este disciplinamento penetrasse o espaço privado.

Curiosamente, essa mentalidade continua presente e se manifesta nas várias formas de segregação espacial, por exemplo, nos investimentos e no tratamento desigual dado ao espaço urbano ou na degradação permissiva de algumas áreas da cidade como ocorre com o Centro Antigo.

2. Metodologia

O processo metodológico adotado para o desenvolvimento deste artigo, tem por referência a pesquisa histórica, apoiada na leitura e na interpretação de documentos históricos, imagens e fotografias disponibilizadas tanto na internet como em trabalhos acadêmicos que, de forma exaustiva, documentam e descrevem a paisagem urbana de Salvador desde sua fundação.

A pesquisa qualitativa tangencia a subjetividade e a interpretação dos dados disponíveis, principalmente através da hermenêutica ou da análise do discurso, ou ainda, através da fenomenologia, desconstrutivismo e outras correntes teórico-metodológicas desenvolvidas no seio das ciências sociais e adotadas por outros campos do saber (Godoy, 1995; Rees, 2008).

Recorreu-se a análise por triangulação de métodos como forma de atestar confiabilidade e credibilidade à pesquisa, de acordo com o que atesta Minayo (2012) e outros autores como Marcondes e Brisola (2014), assim como Ziller (2012).

Assim, a consulta a documentos históricos e a reportagens relacionados nas referências, sobretudo da mídia escrita, foram cruciais para compor a base sobre a qual foram tecidas as interpretações e conclusões aqui expostas. Eventos climáticos ocorridos na cidade de Salvador, registrados por jornais, rádio e televisões, além das redes sociais, associados ao descaso público, tanto institucional como da própria sociedade civil, foram variáveis determinantes para a consecução dos resultados apresentados.

Soma-se a esses dados, a observação *in loco* da paisagem urbana atual, associada à vivência do espaço e o seu significado na cultura baiana.

3. A Imagem e a Falésia: Entre as Cidades Alta e Baixa

Nos registros cartográficos ou fotográficos da zona portuária de Salvador, o frontispício se mantém ao longo dos séculos como uma visada de destaque. Sua imagem iconográfica traz definida a *skyline* da cidade, composta na Cidade Baixa de vários prédios, entre os quais destacam-se: a Igreja Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia; o antigo Mercado Modelo (destruído num incêndio); o prédio da Alfândega (em construção, atual Mercado Modelo) e algumas edificações do Cais das Amarras (ainda à beira-mar, antes dos grandes aterros).

Um jogo harmonioso de linhas horizontais e verticais dominam a paisagem (Fig. 1) e facultam uma leitura histórica do frontispício, a despeito das transformações ali ocorridas ao longo do tempo. Todos os elementos se integram às demais construções em estilo eclético, localizadas na Cidade Alta: os arcos; a balaustrada; a fachada lateral do Palácio do Governo; a ponta da torre do prédio da Câmara dos Vereadores, de leitura medieval e a muralha de contenção da Ladeira da Montanha permitindo visualizar os dois níveis da cidade em um só.

Figura 1. Vista a partir da Baía de Todos os Santos (cartão-postal, anos de 1900).



Fonte: cartão-postal - acervo pessoal Márcia Mello.

Popularmente apelidado por Parafuso (1873), o Elevador Lacerda chamou-se, inicialmente, Elevador Hidráulico da Conceição (Fig.1), e foi considerado por alguns, o primeiro ícone arquitetônico da modernidade em Salvador, pois foi construído em com audácia, em menos de quatro anos, movido por um engenhoso equipamento hidráulico inglês, superando desafios tecnológicos. Ícone do progresso industrial, modificou hábitos cruciais na formação de uma imagem pejorativa para a cidade. Sua funcionalidade ficou confirmada com a Abolição da Escravatura e o fim das 'cadeirinhas de arruar', usadas para o transporte da elite nas ladeiras (Trinchão, 1999 apud Mello, 2004). Esse monumento arquitetônico, ícone parcial na imagem de Salvador, sofreu grandes reformas, transformando sua aparência física, no início do século XX, quando apresentando um estilo *art déco*, veio a se chamar Elevador Lacerda.

Contudo, apesar de algumas soluções tecnológicas pensadas há séculos para interligar a cidade de Salvador, as ladeiras se destacam como principal meio de integração entre as cidades alta e baixa. Desde o período colonial, por elas passavam, diariamente, mercadorias e produtos oriundos da Cidade Baixa, que concentrava as atividades portuárias e comerciais, em direção a Cidade Alta, lugar de residência. Entre as mais significativas estão as ladeiras da Conceição, da Montanha e da Preguiça (Fig.2).

Figura 2. Ladeiras da Montanha, Preguiça e Conceição da Praia.



Fonte: <http://www.bahia-turismo.com/salvador/antiga/aerea.htm>.

As ladeiras se revelariam enquanto espaços simbólicos, entre o alto e o baixo, territórios neutros, limbo social, capazes de abrigar atividades, comportamentos, hábitos e estilos de vida transgressores. Foram essas ladeiras que abrigaram os meretrícios, acolhendo malandros, prostitutas e proxenetas, tipos imortalizados na literatura pelo escritor baiano Jorge Amado.

Uma das mais antigas, a ladeira da Conceição, inicia-se no sopé da montanha, onde foi erguida a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Revelou-se, porém, muito íngreme para o tráfego dos carros de boi e cadeirinhas de arruar, que passaram a circular pela ladeira da Preguiça, construída para este fim.

Escavada na rocha e sustentada por arcos que podem ser observados na ladeira da Conceição da Praia, a Ladeira da Montanha (1885) era a menos íngreme, apresentando condições necessárias para o tráfego de bondes puxados a burros. Pela sua proximidade com o porto, firmou-se como zona de prostituição, ganhando notoriedade através da literatura (Gomes & Abadde, 2015).

A ladeira da Preguiça compõe o conjunto das três primeiras ladeiras construídas em Salvador, cujo principal papel era facilitar o acesso ao porto. Por ela transitavam mercadorias para o abastecimento da população. Diariamente, escravos subiam com pesados fardos, sob o mote “sobe preguiça”, que conjugado por moradores e feitores, acabou por dar origem ao topônimo (Lynch, 2020).

Embora o conjunto arquitetônico original tenha sofrido reveses, ocasionados por sucessivos desabamentos e deslizamentos de terra que destruíram várias edificações ao longo dos dois últimos séculos, o frontispício da cidade mantém seu perfil praticamente inalterado. Além disso, o Elevador Lacerda, acrescenta identidade e legibilidade ao lugar (Lynch, 2020), tornando-o reconhecível em qualquer parte do mundo.

Os acidentes que ocorreram ao longo do tempo revelam o caráter frágil e a vulnerabilidade desse conjunto. A topografia acidentada, aliada ao casario colonial fragilizado pelas intempéries, além da falta de manutenção e o uso inadequado, foram decisivos para o desmantelamento dessa paisagem.

Este cenário, porém, não se compõe apenas de elementos urbanísticos convencionais, é formado por agrupamentos de casas e edificações irregulares que se equilibram por sobre as falhas da escarpa, desafiando a gravidade. Destacam-se aí as comunidades do Unhão e Gamboa de Baixo, além da ocupação dos arcos da própria muralha.

O núcleo original da cidade do Salvador prolongou-se pela costa continental, avançando ao norte em direção à Península Itapagipana, e ao sul acompanhou a falha geológica que se estende pela Avenida Contorno até o bairro da Vitória e à Ladeira da Barra. Ao longo da costa da Baía de Todos os Santos, a paisagem urbana chama a atenção pelas dramáticas diferenças na sua composição. Do Bonfim, passando pela Ribeira, até a península de Itapagipe, encontra-se um conjunto arquitetônico com características vernaculares, de baixa densidade edilícia, face a verticalização rarefeita e edificações remanescentes do período entre 1891 e 1947.

O bairro do Comércio, por sua vez, detém a imagem do frontispício da cidade, cuja composição cenográfica foi alterada por sucessivos aterros que iriam ampliar a área edificável no sopé da falésia. Mediadas pelo verde exuberante que se estende pela encosta, duas linhas paralelas de construções se sobrepõem – o bairro do Comércio, na Cidade Baixa e, logo acima enfileiram-se edificações administrativas, religiosas e residenciais compondo o Centro Antigo. Acompanhando o serpentear da falha geológica que se prolonga pela Avenida Contorno, encontram-se as ocupações espontâneas do Unhão, próximas ao conjunto arquitetônico colonial de mesmo nome, e à comunidade da Gamboa de Baixo. Mais adiante, começam a brotar das escarpas os edifícios residenciais de altíssimo luxo, assentados em um dos trechos mais cobiçados da cidade do Salvador, o Corredor da Vitória.

Essa paisagem sintetiza em sua iconografia a formação da sociedade baiana ao longo dos séculos, permeada pela segregação e discriminação, difundidas por uma economia escravocrata. Assim, do Comércio até a Península Itapagipana distribuem-se habitantes das camadas mais populares. A Avenida Contorno e suas imediações revelam-se como uma das áreas

mais vulneráveis ao processo de gentrificação. Mudanças significativas na composição da paisagem urbana vêm tomando lugar nesses espaços: prédios de luxo substituem o casario até então predominante, ameaçando de expulsão uma população ali instalada há muitas gerações.

4. Patrimonialização e Vulnerabilidade

A partir da década de 1980, o conceito de tombamento ganhou uma nova expressão. Com a intensificação de processos multiculturais e a organização ampliada de diversos movimentos sociais que começam a explodir no seio da sociedade urbana, durante o período pós-ditadura militar, a UNESCO trouxe para o bojo da discussão os valores ligados a bens imateriais. A cultura e suas formas de expressão são vistas a partir de uma perspectiva processual, que permite a reinvenção do significado de patrimônio “com seus valores simbólicos alterando-se e se rearticulando de acordo com os grupos que se posicionam perante a eles”. (Fois-Braga, 2010).

As relações de patrimonialização se estendem aos bens arquitetônicos, urbanísticos, artísticos, ambientais e culturais, evocando um novo imaginário sobre a paisagem (Mello *et al.*, 2018). Com a expansão das novas formas de representações através dos tombamentos, o Estado busca um denominador comum para garantir as aparentes contradições das diversas memórias de grupos sociais, patrimônios artísticos e culturais, além de referências de preservação ambiental. Tais ampliações dos conceitos de cultura e de novas inserções patrimoniais abriram possibilidades de outros atrativos dentro dos destinos turísticos já consolidados e a estruturação de novos roteiros, construindo uma nova cartografia imaginária.

Surge então, um modo de ressignificação, proteção e valorização, que acaba por incentivar disputas sobre territórios e regiões vistos como potenciais cartões postais. A costa litorânea, sobretudo as localidades com centros históricos, destacavam-se como elemento estratégico, por sua conformação natural e morfológica, interessante como produto turístico pronto a ser comercializado, inclusive pelos especuladores imobiliários.

A memória urbana também se configura como um dispositivo, sendo capturada e utilizada a esmo em inúmeros processos contemporâneos. Ela, a memória, invade a arte, a política, os direitos humanos, numa espécie de fenomenologia do passado presente. Esse processo foi iniciado na década de 1970, através de restauros historicizantes de antigos centros urbanos, da proliferação de cidades-museus e do comércio nostálgico inserido na criação de paraísos de entretenimento mundo a fora, moldados pelas superfícies do simulacro (Harvey, 2000). Isso resulta nos atuais modelos competitivos e internacionalizados de “renovação urbana”. As cidades são clonadas à guisa de uma duplicação patrimonial e do renascimento perpétuo do kitsch (Jeudy, 2005).

No caso do frontispício, incluindo seus principais elementos paisagísticos e iconográficos, ele funciona como um cartão postal solidificado, vista que impõe um sentido de espetáculo. Ao mesmo tempo em que a lógica da conservação patrimonial o eterniza na *skyline* da cidade, ele é atravessado pelas transformações cotidianas reveladas pelas práticas invisibilizadas, mas que pulsam no próprio fazer da cidade: vivências sociais; agentes e sujeitos; resistências e acontecimentos; como o trabalho desenvolvido pelos artífices nos arcos da Ladeira da Conceição da Praia, vista em fotografias recentemente capturadas (Fig.3).

Figuras 3 e 4. Arcos da Ladeira da Conceição e Ladeira da Preguiça.



Fonte: Street view/ maio 2016 e março 2017.

Em maio de 2015, mês de fortes chuvas sobre a cidade, que causaram vítimas fatais nas Ladeiras da Montanha e da Preguiça (Fig.4), o debate sobre o Centro Histórico ganhou amplitude popular (movimentos sociais, moradores, comerciantes) e institucional (entidades profissionais de classe e universidades).

Uma série de desdobramentos sucederam a demolição de seis casas na Ladeira da Montanha, entre os dias 21 e 22 de maio de 2015, realizada pela Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (SUCOM), com a autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-BA). No dia seguinte (23/05), mais três imóveis ocupados, foram demolidos na Ladeira da Conceição. Todos esses imóveis estavam na área de proteção rigorosa definida na Lei Municipal nº 3.289/83 e na área do Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico, tombado em 1984 pelo IPHAN e UNESCO.

As tragédias, provocadas pelas chuvas, sinalizaram para a urgência de discussões públicas sobre o patrimônio histórico da cidade e despertou uma consciência crítica do estado de vulnerabilidade que este se encontra.

Esses fatos, aliado à divulgação que se intensificou nos últimos meses de projetos e investimentos urbanos e arquitetônicos no Centro Histórico de Salvador, empreendidos tanto pelo Governo como pela iniciativa privada, sem uma discussão ampla com a sociedade sobre o seu patrimônio público, sinalizam para a importância das questões que este trabalho busca discutir.

Aquilo que se conhece de programas arquitetônicos e urbanísticos dos projetos de intervenção, expressa sinais contundentes na direção da ampliação e da consolidação da segregação socio racial, ora instalada no Centro Histórico e na cidade de Salvador, e que tem se perpetrado ao longo de sua história ao aderir a um modelo ultrapassado e excludente, tanto de urbanismo quanto de arquitetura, e que, pautados em referências externas, acabam por promover ações que se inserem em uma política (estado/capital) derivada do que se convencionou denominar planejamento estratégico.

Ocorre que o planejamento estratégico, oriundo da Administração, se caracteriza como uma metodologia de gerenciamento empresarial, direcionando as ações da empresa no sentido de atingir objetivos palpáveis, previamente determinados no Plano Estratégico. Iniciado na Harvard Business School ainda na década de 1920, este processo baseia-se na análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), isto é: na identificação das fraquezas, forças, oportunidades e ameaças que orientariam a adoção de estratégias e ações diante dessas questões, segundo metas e objetivos definidos (Oliveira, 1999).

Esse instrumento é então tomado de empréstimo pela administração pública para promover o gerenciamento de cidades a partir de 1973, quando o processo de desindustrialização, desemprego e crise fiscal promovem uma onda neoconservadora e exige novas formas de pensar a cidade (Harvey, 1996). No contexto da globalização e da superação das barreiras que permitiram uma ampla circulação internacional de bens, informação e capital, surge a cidade como negócio, gestada por um Estado mais

promotor do que administrador, cuja função principal seria articular capitalistas e investidores em torno de projetos e programas voltados para o desenvolvimento urbano capitalista.

Na atual crise do capitalismo, os contrastes que se desenham nas paisagens das cidades contemporâneas são cada vez mais evidentes. As interseções e interações entre racialização e acumulação do capital são ações permanentemente visíveis, fortemente presentes nos processos de ocupação dos territórios da cidade. A busca da competitividade internacional através da exploração das vantagens locais conduz ao aprofundamento da gentrificação, da espetacularização dos espaços e da segregação socioespacial, fruto de um capitalismo tardio que teve como respostas nas cidades latino-americanas o crescimento rápido, acéfalo e descoordenado (Harvey, 2016).

Nesse cenário, o planejamento estratégico vem priorizando empreendimentos lucrativos em detrimento da identidade local historicamente construída. São criados simulacros a partir de estratos e fragmentos históricos (arte, música, dança, tradições religiosas) considerados lucrativos, que neste contexto perdem suas propriedades simbólicas e identitárias para serem ressignificados pela indústria do turismo cultural como elementos e/ou cenários exóticos e inusitados, distantes da pobreza onde surgem, ou se manifestam, adquirindo feições assépticas e vendáveis.

Percebe-se que algumas ações pretendem criar cenários históricos de um patrimônio mundial para o turismo, sobre resíduos de um patrimônio urbano e arquitetônico em decadência física e socioeconômica (Figuras 4 e 5), ampliando a dependência de um modelo de intervenção que tem contribuído para a descaracterização da sua constituição histórica, com estetização de vias, passeios e cenários.

Em suma, aniquila-se a vida e a dinâmica urbana nessas localidades. Uma perda irreparável, provocada inicialmente pelo abandono e descaso e, posteriormente, pela espetacularização dos espaços, principalmente quando se trata de espaços historicamente significantes. Essa plástica cidadina acaba por impor uma feição pretensamente moderna, contemporânea e atemporal, mas se revela disforme, inarmônica e fictícia.

5. Considerações Finais

Embora seja um desafio vencer barreiras sociais, econômicas, raciais e/ou culturais, além de enfrentar os condicionantes de um sítio de grande complexidade, o trabalho se arrisca nesse percurso e busca uma aproximação com esse contexto, através de leituras historiográficas, iconográficas e apreensões da paisagem urbana.

Tendo em vista a atual expansão da cidade de Salvador, segundo uma lógica de produção por interesses de mercado, paralelamente à supressão de políticas públicas voltadas para territórios inseridos em áreas centrais, nos perguntamos: como lidar com a baixa densidade de usos e ocupações de edifícios localizados no bairro do Comércio? Como enfrentar o expressivo número de imóveis degradados e vazios situados no Centro Histórico de Salvador? É possível estimular a geração de propostas urbanísticas e arquitetônicas inclusivas com o aproveitamento da infraestrutura existente em áreas consolidadas?

A degradação dos imóveis dessa região invisibiliza, segrega e potencializa a vulnerabilidade dos moradores, principalmente quando o mercado imobiliário, associado aos poderes públicos, investe em projetos de requalificação e modernização dos sítios antigos, motivando direta ou indiretamente a remoção da população ali residente. Soma-se ainda o fato de que boa parte do Centro Histórico se encontra em ruínas, com algumas edificações, há anos, sustentadas por escoras, sem que nenhuma ação substancial tenha sido proposta pela administração pública, a não ser, a demolição inevitável, geralmente justificada por alguma tragédia. É fato que muitos imóveis vêm sendo comprados por empresários, interessados em investir na área e transformá-la em um shopping a céu aberto, voltado para o turismo.

Com sua face voltada para a Baía de Todos os Santos e seguindo a falha geológica de Salvador, o frontispício foi recentemente redescoberto pelo mercado imobiliário como uma das áreas mais aprazíveis e privilegiadas da cidade. Imóveis de luxo, como o Clock Marina Residence, além de construções recentes na Rua Lafayette Coutinho e de uma série de edifícios

suntuosos inseridos ao longo do Corredor da Vitória, começam a transformar a paisagem, dando lugar a um perverso processo de gentrificação que sorrateiramente se instala.

Alguns grupos, tais como movimentos populares e associações, se destacam pela oposição e fazem resistência ao domínio do capital imobiliário. Entre os mais atuantes, se destacam: Articulação do Centro Antigo de Salvador; Nosso Bairro é 2 de Julho; Associação Amigos de Gegê dos moradores da Gamboa de Baixo; Chácaras do Santo Antônio; Artífices da Ladeira da Conceição e Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH).

Na Ladeira da Preguiça, iniciou-se o movimento cultural, “Que ladeira é essa?”, promovendo uma série de atividades educativas e artísticas, no decorrer de 2013. Em novembro, daquele ano, o Decreto nº 24.435, desapropriou 37 imóveis naquela região, destinados a implantação do “Projeto de Requalificação do Entorno da Ladeira da Preguiça e Adjacências” esboçando-se, dessa forma, um conflito de interesses entre moradores, poder público e capital imobiliário.

Em suma, é imperativo que esses movimentos ganhem corpo e robustez que lhes habilite ao enfrentamento: tanto do capital imobiliário; quanto das políticas públicas de espetacularização urbana, fazendo valer os direitos sociais e humanos. A diversidade de estratos socioeconômicos que ali coexistem, acaba por promover uma luta permanente por condições dignas de urbanidade e habitabilidade, buscando assegurar a sustentabilidade socioambiental do seu sítio histórico.

O trabalho de arquitetos, urbanistas, geógrafos, sociólogos, historiadores, pesquisadores, ativistas e artistas, através de ações contínuas para o enfrentamento da atuação de empresas e corporações que colaboram com políticas compensatórias da exponencial desigualdade social, favorecendo os segmentos menos privilegiados, é mais que urgente. A luta pelo direito à cidade, no atual momento de um Estado de exceção no país, requer a articulação de várias forças de resistência, o que abre espaço para futuras investigações sobre o tema.

Espera-se, assim, que novas ferramentas táticas sejam acionadas e que outras práticas urbanas possibilitem a produção de uma cidade mais democrática, coletiva e plural, capaz de obstruir as artimanhas estratégicas e, sobretudo, ao capital hegemônico, que a tudo quer colonizar.

Referências

- Almeida, A. L. (2017) Civilização e higiene: das práticas corporais às intervenções urbanas. *Revista Diálogos Possíveis*. 16 (1), 51 a 62.
- Azevedo, P. O. D., & Lima, V. L. R. C. (1975) *Inventário de proteção do acervo cultural: monumentos do Município de Salvador*. Governo do Estado da Bahia.
- Fois-Braga, H. (2010) *A construção da brasilidade: as fases de patrimonialização e os modelos de turismo cultural no Brasil*. In: Anais do XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 2010, Niterói (RJ). Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios. UFF, 1 (1), 182 a 200.
- Godoy, A. S. (1995) Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. 35 (2), 57-63.
- Gomes, M. M., & Abadde C. M. S. (2015) *No sobe e desce das ladeiras, Salvador conta a sua história*. In: Anais do XIX Congresso Nacional de Linguística e Filologia. *Cadernos do CNLF*, 19 (2), 365 a 381.
- Harvey, D. (2000) *Condição pós-moderna*. (9a ed.), Loyola.
- Harvey, D. (1996) Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Revista Espaço & Debates* (39), 49 a 65. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2078563/mod_resource/content/1/Harvey_Do%20gerenciamento%20ao%20empresariamento%20%281%29.pdf.
- Harvey, D. (2016) *17 contradições e o fim do capitalismo*. Boitempo.
- Jeudy, H. (2005) *Espelho das cidades*. Casa da Palavra.
- Lynch, K. (2020) *A Imagem da Cidade*. (3a ed.), Martins Fontes.
- Mattoso, K. M. Q. (1992) *Bahia, século XIX uma província no Império*. Nova Fronteira.
- Mello, M. M. C. (2004) *Salvador Multimágica: a imagem do bairro do Comércio construída através de cartões-postais (1890-1950)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador /BA.
- Mello, M. M. C. et al. (2018) A imagem da Barra, em Salvador, entre os séculos XVI e XXI. *Revista Rua / UNICAMP*, 24 (2), 431 a 447. https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/verpdf?publicacao_id=200.

- Minayo, M. C. S. (2012) *Revista Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva*. 17 (3), 621 a 626.
- Marcondes, N. A. V. & Brisola, E. M. A. (2014) Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas in *Revista Univap – revista.univap.br*. São José dos Campos-SP-Brasil, 20, (35), 201 a 208.
- Oliveira, F. L. (1999) A Metáfora Cidade-Empresa no Planejamento Estratégico de Cidades. IPP UR *Cadernos do Instituto Pereira Passos* – 12 (1), 141-161. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/276/85#page=135>.
- Peña, J. V. (1994) *A imagem ambiental urbana no Comércio do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salgado /BA.
- Rees, D. K. (2008) Algumas considerações sobre a pesquisa qualitativa. *Revista Signótica*, 20 (2), 253 a 274.
- Simas Filho, A. (1982) Evolução urbana da Cidade do Salvador de 1549 a 1800. CEAB – *Separata da Revista de Cultura da Bahia*. 14 (1) Faculdade de Arquitetura da UFBA.
- Simas Filho, A. (1998) *Evolução física de Salvador*. Fundação Gregório de Matos / CEAB – UFBA.
- Tavares, L. H. D. (2001) *História da Bahia*. (10a ed.), EDUSP / EDUFBA.
- Vasconcelos, P. A. (2016) *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*, EDUFBA.
- Ziller, L. G. O. (2012) Concepções de validade em pesquisas qualitativas. *Revista Educação e Pesquisa*. 38, (1), 229 a 241.